



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
TÉCNICA PERMANENTE DE BIODIVERSIDADE.**

1
2
3 Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, realizou-se a 129ª Reunião Ordinária da Câmara
4 Técnica Permanente de Biodiversidade, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada
5 na Av. Borges de Medeiros, 261, 15º andar – Auditório, nesta Capital, com início às 14 horas e com a presença
6 dos seguintes Conselheiros: Sr. Ivan Carlos Viana, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH);
7 Sra. Lisiane Becker, representante da MIRA-SERRA; Sra. Ana Lucia Pereira Flores Cruz, representante do
8 SINDIÁGUA; Sra. Fernanda Tatsch, representante da SEAPDR; Sra. Marion Heinrich, representante da
9 FAMURS; Sr. Ivo Lessa, representante da SERGS; Sr. Clebes Brum Pinheiro, representante da FEPAM; Sra
10 Claudia Sadovski, representante da FIERGS; Sr. Marcelo Camardelli, representante da FARSUL; Sr. Glayson
11 Ariel Bencke, representante da SEMA; Sr. Orlando Rodrigues, representante da Secretaria de Segurança
12 Pública e Cristiane Alves da Silva representante do Corpo Técnico da SEMA. Participaram também da reunião:
13 Sra. Maria Goreti Ferreira Soares/SINDIAGUA; Sr. Albino Oto Gewehr, representante do CBH. Constatando a
14 existência de quórum o presidente deu início à reunião às 14h10min. Sr. Ivo Lessa/SERGS inclui nos itens de
15 pauta a provação do calendário de 2020. **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação do Calendário de**
16 **2020;** Sr. Ivo Lessa/SERGS propõem aos membros da câmara técnica que dez dias antes da reunião que
17 ocorreria no dia 07/01/2020 seja cancelada e coloca em regime de votação o calendário de 2020 aos membros
18 da câmara técnica. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Passou-se ao 2º item da pauta: Aprovação das Ata**
19 **da 128ª reunião ordinária da CTP-BIODIV – conforme anexo:** Sr. Ivo Lessa/SERGS dispensando a leitura da
20 ata, coloca em regime de votação. Não havendo manifestações. **APROVADA POR UNANIMIDADE.** **Passou-**
21 **se ao 3º item da pauta: Minuta de avaliação do risco de extinção de espécies e para publicação das**
22 **listas oficiais de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção no RS:** Sr. Ivo Lessa/SERGS informa
23 que na última reunião foi aberto um prazo de 30 dias para apresentação de propostas, por uma consulta
24 pública abertas no site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente Infraestrutura para acolher as sugestões e
25 após isso seria feito uma pequena reunião entre ele e o Diego do DBIO para compilar essas informações e foi
26 mantida somente uma contribuição que veio do município de Lajeado sobre a questão do *ficus*. Propõe aos
27 membros da câmara técnica acerca da Resolução ler e interpretá-la. Manifestaram-se com contribuições,
28 questionamentos e esclarecimentos os seguintes representantes: Sr. Ivan Carlos Viana/CBH, Sra. Marion
29 Heinrich/FAMURS, Sra. Lisiane Becker/MIRA-SERRA; Cristiane Alves da Silva/Corpo Técnico da SEMA e Ivo
30 Lessa/SERGS. Sr. Glayson Ariel Bencke/DBIO/SEMA esclareceu que qualquer instituição que tenha um
31 histórico, justamente de coleta de armazenamento e de análise de dados com credibilidade, com informação de
32 conflitos relevantes a avaliação que eles sejam utilizados. Instituição de conservação de biodiversidade será
33 qualquer fundações ou instituições não governamentais e que tenham essa expertise. Manifestaram-se com
34 contribuições, questionamentos e esclarecimentos os seguintes representantes: Sr. Ivan Carlos Viana/CBH,
35 Sra. Lisiane Becker/MIRA-SERRA, Sr. Marcelo Camardelli/FARSUL, Sra. Marion Heinrich/FAMURS. Sr. Ivo
36 Lessa/SERGS informa que fica aberto o prazo até o dia 15 de novembro para contribuições e na próxima
37 reunião trazê-la para discussão item a item. **Passou-se ao 4º item da pauta: Assuntos gerais;** Não havendo
38 mais assuntos a reunião se encerrou as 15:42min.

CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE BIODIVERSIDADE

CALENDÁRIO DE REUNIÕES/2020

Primeira (1ª) terça-feira de cada mês

Horário: 14h

07/01

04/02

03/03

07/04

05/05

02/06

07/07

04/08

01/09

06/10

03/11

01/12



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

MINUTA DE RESOLUÇÃO CONSEMA n° XXX/2019

Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a avaliação do risco de extinção de espécies e para publicação das listas oficiais de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n° 10.330, de 27 de dezembro de 1994, e pelo seu Regimento Interno,

considerando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme determina o art. 225 da Constituição Federal;

considerando que compete ao Estado do Rio Grande do Sul legislar concorrentemente sobre florestas, caça, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, de acordo com art. 24, VI, da Constituição Federal e Lei Complementar Federal n° 140, 8 de dezembro de 2011;

considerando que compete aos entes federativos da União elaborar a relação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção em seus respectivos territórios, mediante laudos e estudos técnico-científicos, de acordo com o art. 8.º, inciso XVII, da Lei Complementar Federal n.º 140, de 8 de dezembro de 2011.

considerando que a Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América, firmada na União Pan-Americana, Washington, em 12 de outubro de 1940, da qual o Brasil é signatário, e cujo texto aprovado pelo Decreto Legislativo n° 3, de 13 de fevereiro de



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

1948, e promulgado por meio do Decreto Federal nº 58.054, de 23 de março de 1966, determina proteção total às espécies reconhecidamente ameaçadas de extinção;

considerando que a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, firmada em Washington, em 3 de março de 1973, da qual o Brasil é signatário, cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 12 de fevereiro de 1975, e promulgado pelo Decreto Federal nº 76.623, de 17 de novembro de 1975, retificado pelo Decreto Federal nº 92.446, de 7 de março de 1986, reconhece que a fauna e a flora selvagens constituem, em suas numerosas, belas e variadas formas, um elemento insubstituível dos sistemas naturais da terra que deve ser protegido pelas presentes e futuras gerações e que os Estados são e devem continuar sendo os seus melhores protetores;

considerando que a Convenção sobre a Diversidade Biológica, firmada por 156 países em 5 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, no chamado Encontro da Terra, da qual o Brasil é signatário, e cujos termos foram aprovados pelo Decreto Legislativo nº 02, de 3 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998, consciente do valor intrínseco da diversidade biológica, além dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica, bem como de sua importância para a evolução e a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera, reconhece a biodiversidade como sendo uma preocupação comum de toda a humanidade, reafirmando que os Estados são responsáveis por sua conservação e utilização sustentável para benefício das gerações presentes e futuras;

considerando o disposto no art. 35 da Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, e alterações, que instituiu o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul, e dá ao Órgão Florestal competente a incumbência de divulgar relatório anual e atualizado das espécies raras ou endêmicas e ameaçadas de extinção;

considerando que é incumbência do Estado proteger a flora, sendo vedadas as práticas que provoquem a extinção de espécies, conforme artigo 251, § 1º, VII, da Constituição do Estado;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

considerando a Lei nº 11.520/00, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, e em seu art. 160 prevê a confecção e manutenção do cadastro da flora, em especial das espécies nativas ameaçadas de extinção;

considerando os resultados da avaliação de 2019 da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - IPBES, criado com base no Art. 25 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, que apontam que em nível global aproximadamente um milhão de espécies de fauna e flora estão ameaçadas de extinção;

considerando a competência atribuída à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, conforme Lei nº 15.246, de 2 de janeiro de 2019, de promover o diagnóstico, o monitoramento, o acompanhamento, o controle e a divulgação da qualidade do meio ambiente e o gerenciamento sustentável do ambiente e do uso dos recursos naturais;

considerando a competência atribuída à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, conforme Lei nº 15.246, de 2 de janeiro de 2019, de desenvolver políticas de preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, atuando na valorização das comunidades tradicionais e no compromisso ético com as futuras gerações;

considerando a Portaria MMA nº 43 de 31 de janeiro de 2014 e a Portaria MMA nº 162, de 11 de maio de 2016, a Instrução Normativa ICMBio nº 34, de 17 de outubro de 2013 e o Manual Operacional de Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Flora Brasileira, produzido pelo CNCFLORA/JBRJ, que descrevem os métodos utilizados nacionalmente para a avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora brasileiras, definem o uso das diretrizes, categorias e critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN e normatizam os procedimentos para elaboração e publicação das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção, previstas no Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies;

considerando a Portaria SEMA nº. 159, de 9 de novembro de 2018, modificada pela Portaria SEMA nº 180, de 7 de dezembro de 2018, que designou equipe para formar Grupo de Trabalho com o objetivo de “elaborar proposição com a definição dos critérios técnicos a serem adotados no



procedimento de reavaliação das listas de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul;

considerando a necessidade de integrar e coordenar os processos nacional e estaduais de elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção, com a finalidade de garantir o alinhamento metodológico, a comparabilidade e a máxima complementaridade das listas;

considerando que as listas estaduais de espécies ameaçadas de extinção constituem indicadores de estado no âmbito do Sistema de Monitoramento da Biodiversidade do Rio Grande do Sul - RS BIOMONITORA, instrumento oficial para avaliação periódica do estado de conservação da biodiversidade estadual, conforme disposto no Decreto Estadual nº 52.096, de 27 de novembro de 2014;

considerando o Decreto Estadual nº 53.902, de 30 de janeiro de 2018, e o Decreto Estadual nº 54.171, de 30 de julho de 2018, que preveem a revisão periódica das listas estaduais de espécies da fauna silvestre e flora nativa ameaçadas de extinção ou regionalmente extintas, as quais serão tornadas públicas por Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer roteiro metodológico eos procedimentos a serem adotados no processo de avaliação do risco de extinção de espécies e de elaboração das listas oficiais de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Para efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - táxon: qualquer unidade taxonômica reconhecida pelo Código Internacional de Nomenclatura Botânica ou pelo Código Internacional de Nomenclatura Zoológica, no nível de espécie ou inferior, à qual se aplicam os critérios de avaliação do estado de conservação, podendo ser espécie, subespécie ou variedade;

II - espécies ameaçadas: aquelas cujas populações e/ou *habitat* estejam desaparecendo em um ritmo que as coloque em risco de extinção num horizonte de tempo previsível;



III - categorias utilizadas para indicar o risco de extinção, de acordo com as definições da União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN:

- a. Extinto (EX): quando nenhum exemplar é encontrado após exaustivos levantamentos em *habitat* e períodos apropriados, em toda a área de ocorrência histórica do táxon, e não há qualquer dúvida razoável de que o último indivíduo morreu;
- b. Regionalmente Extinto (RE): quando nenhum exemplar é encontrado no território estadual após exaustivos levantamentos em *habitat* e períodos apropriados, em toda a área de ocorrência histórica do táxon, e não há qualquer dúvida razoável de que o último indivíduo morreu ou desapareceu do Estado;
- c. Extinto na Natureza (EW): quando a sobrevivência do táxon é conhecida apenas em cultivo, em cativeiro ou como população(ões) naturalizada(s) fora da sua área de ocorrência natural;
- d. Criticamente em Perigo (CR): quando as melhores evidências disponíveis indicam que o táxon satisfaz pelo menos um dos critérios para enquadramento na categoria Criticamente em Perigo e, por isso, considera-se que esteja sujeito a um risco extremamente alto de extinção na natureza;
- e. Em Perigo (EN): quando as melhores evidências disponíveis indicam que o táxon satisfaz pelo menos um dos critérios para enquadramento na categoria Em Perigo e, por isso, considera-se que esteja sujeito a um risco muito alto de extinção na natureza;
- f. Vulnerável (VU): quando as melhores evidências disponíveis indicam que o táxon satisfaz pelo menos um dos critérios para enquadramento na categoria Vulnerável e, por isso, considera-se que esteja sujeito a um alto risco de extinção na natureza;
- g. Quase Ameaçado (NT): quando o táxon não satisfaz os critérios para enquadramento nas categorias Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável, mas está próximo de atingir os limiares quantitativos dos critérios ou é provável que se qualifique como ameaçado no futuro próximo;
- h. Menos Preocupante (LC): quando o táxon não satisfaz nem está próximo de satisfazer os critérios para enquadramento nas categorias Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável e, por isso, considera-se que não esteja sujeito a risco de extinção na natureza;



- i. Dados Insuficientes (DD): quando não há informação adequada para realizar uma avaliação direta ou indireta do risco de extinção do táxon com base em sua distribuição e/ou situação populacional.
- j. Não Avaliado (NE): quando o táxon não foi avaliado pelos critérios de avaliação de risco de extinção;

Art. 3º. As listas estaduais oficiais de espécies ameaçadas serão elaboradas por meio da avaliação do risco de extinção de espécies da fauna e da flora do Estado utilizando-se as diretrizes, categorias e critérios definidos pela União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, em conformidade com a legislação nacional e nos termos da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

§ 1º Para fins de enquadramento dos táxons, serão adotadas as seguintes categorias de risco de extinção e suas respectivas siglas que foram mantidas, por convenção, conforme o original em inglês: Extinto (EX), Regionalmente Extinto (RE), Extinto na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN), Vulnerável (VU), Quase Ameaçado (NT), Menos Preocupante (LC), Dados Insuficientes (DD) e Não Avaliado (NE).

§ 2º Será considerada a categoria Não Aplicável (NA) para os casos de táxons introduzidos, de ocorrência irregular ou com uma proporção insignificante de sua população global no Estado.

§ 3º Para fins de publicação das listas estaduais oficiais de espécies ameaçadas, serão consideradas aquelas enquadradas nas seguintes categorias: Extinto (EX), Regionalmente Extinto (RE), Extinto na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU).

§ 4º Os táxons enquadrados na categoria Dados Insuficientes (DD) serão considerados prioritários para levantamentos e estudos que busquem esclarecer seu *status* taxonômico ou de ocorrência e seu estado de conservação no Rio Grande do Sul.

Art. 4º. São instrumentos para a avaliação do risco de extinção de espécies e elaboração das listas de fauna e flora das espécies ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul:

- a. O Live, sistema *web* para avaliação do estado de conservação de espécies, mantido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA e adotado na revisão das listas de



fauna e flora ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul que resultou na publicação dos Decretos nº 51.797/2014 e nº 52.109/2014;

- b. As diretrizes, categorias e critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN para avaliação do risco de extinção de espécies, amplamente adotados em âmbito mundial e utilizados nacionalmente na avaliação do estado de conservação da fauna e flora brasileiras;
- c. Bases de dados e sistemas de informações mantidos por instituições com reconhecida atuação em pesquisa, gestão e conservação da biodiversidade, contendo informações científicas relevantes à avaliação do estado de conservação das espécies, geradas por meio da utilização de métodos adequados e validadas pela comunidade científica;
- d. As coleções biológicas e a literatura científica relativa ao *status* de conservação, manejo ou uso sustentável de espécies de fauna ou flora;
- e. Estatísticas oficiais de extrativismo, comercialização, uso sustentável, captura e apreensão de espécies da fauna e/ou flora.
- f. Informações sobre fatores de pressão e dados de monitoramento de impacto sobre a biodiversidade oriundas do licenciamento ambiental;
- g. As listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES

Art. 5º. O processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e flora deverá ser instituído no âmbito do Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA, e contará com a seguinte estrutura e atores partícipes:

- a. Comissão de Organização: será composta por servidores da área técnica, incluindo um coordenador científico de fauna e um de flora, lotados no Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, e terá como atribuição a organização do processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e flora.



- b. Comissão Científica: será composta por coordenadores de grupo taxonômico e terá como atribuição a coordenação científica do processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e flora.
- c. Coordenador científico: especialista com experiência em avaliação de risco de extinção de espécies, membro da Comissão Científica, com atribuição de abrir novo processo de avaliação no Sistema Live, convidar especialistas para a coordenação de grupos taxonômicos e validar formulários de avaliação de espécies, com o apoio da Comissão de Organização.
- d. Coordenador de grupo taxonômico: Especialista da comunidade científica, responsável por toda orientação e decisões científicas relacionadas à avaliação do seu grupo taxonômico de especialidade.
- e. Especialista: pesquisador com conhecimento de campo no grupo taxonômico, possuidor de currículo compatível, capacidade de reconhecer as espécies do grupo taxonômico de especialidade e atuação na área de pesquisa, conservação, manejo ou uso sustentável de espécies do seu grupo taxonômico de especialidade.
- f. Colaborador externo: especialista que não compõe o grupo de trabalho responsável pela avaliação das espécies, mas que, por seu conhecimento e experiência de campo, pode ser consultado sobre a situação ou avaliação de uma ou mais espécies em particular.

Art. 6º. Os membros da Comissão Científica serão indicados pela Comissão de Organização.

§ 1º - deverão ser convidados especialistas com reconhecida atuação em pesquisa científica em seus grupos de especialidade;

§ 2º – os especialistas indicados devem obrigatoriamente possuir experiência em processos de avaliação do estado de conservação de espécies da fauna ou flora.

§ 3º - A comissão científica de fauna desdobrar-se-á minimamente nos seguintes grupos temáticos: mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados.

§ 4º - A comissão científica de flora deverá desdobrar-se minimamente nos seguintes grupos temáticos: Angiospermas I (Poales), Angiospermas II (Aquifoliales, Canellales, Celastrales,



Dilleniales, Dipsacales, Gunnerales, Laurales, Magnoliales, Malvales, Myrtales, Piperales, Proteales, Ranunculales, Rosales, Santalales, Sapindales), Angiospermas III (Alismatales, Arecales, Arecaceae, Asparagales, Commelinales, Dioscoreales, Liliales, Pandanales, Zingiberales), Angiospermas IV (Apiales, Ericales, Gentianales, Lamiales, Solanales), Angiospermas V (Brassicales, Caryophyllales, Escalloniales, Saxifragales), Angiospermas VI (Cornales, Cucurbitales, Fabales, Malpighiales, Oxalidales, Zygophyllales) Angiospermas VII (Asterales), Gimnospermas (Araucariales, Ephedrales, Podocarpaceae), Pteridófitas (Cyatheales, Gleicheniales, Hymenophyllales, Isoetales, Lycopodiales, Marattiales, Ophioglossales, Osmundales, Polypodiales, Salviniaceae, Schizaeales) e Briófitas (Archidiales, Bartramiales, Bryales, Dicranales, Grimmiaceae, Hedwigiaceae, Hypnales, Hookeriales, Hypnaceae, Jungermanniales, Leucodontales, Marchantiales, Orthotrichales, Porellales, Pottiaceae, Sphagnales, Sphaerocarpaceae).

Art. 7º. A Comissão Científica acompanhará todas as atualizações e revisões que porventura ocorrerem nas diretrizes da IUCN durante o processo avaliativo, e ficará responsável por adotar os ajustes que se fizerem necessários.

Art. 8º. A Comissão de Organização e a Comissão Científica serão formadas por Grupos de Trabalho instituídos por ato do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura.

Art. 9º. O processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora do Rio Grande do Sul deverá considerar as seguintes diretrizes gerais:

I – A aplicação dos procedimentos, categorias e critérios para avaliação de risco de extinção desenvolvidos pela IUCN;

II - No caso dos animais vertebrados continentais, terrestres ou aquáticos, a avaliação de todas as espécies com ocorrência confirmada no território estadual, atual ou pretérita, identificando, além das espécies ameaçadas de extinção, aquelas não ameaçadas, as com dados insuficientes e aquelas às quais os critérios não se aplicam;

III – No caso dos peixes marinhos, invertebrados e plantas, a avaliação do maior número possível de espécies com ocorrência confirmada no território estadual, atual ou pretérita, selecionadas com base



em critérios como suspeita de risco de extinção, nível de conhecimento sobre o grupo e a existência de especialistas no Estado, e considerando sua importância ecológica, econômica e social;

IV – O ajuste da avaliação à escala regional;

V – A constituição de uma rede de especialistas em diferentes grupos da fauna e da flora silvestres do Rio Grande do Sul, que possuam amplo conhecimento e experiência de campo em suas áreas de especialidade, os quais serão convidados atendendo critérios de representatividade taxonômica, geográfica e institucional, de modo a garantir que as avaliações e recomendações de conservação sejam baseadas nos melhores dados e informações disponíveis;

VI – A plena documentação de todas as etapas do processo, por meio do Sistema Live.

Art. 10º. As avaliações do risco de extinção de espécies têm caráter técnico-científico e adotam critérios que consideram dados relativos a:

I - tamanho da população;

II - redução populacional observada ou projetada;

III - flutuações populacionais extremas;

IV - extensão da área de distribuição geográfica;

V - grau de fragmentação, declínio continuado ou flutuações na qualidade do *habitat*;

VI - ameaças;

VII - medidas de conservação já adotadas;

VIII – análises quantitativas de viabilidade populacional.

§ 1º. A avaliação de risco de extinção de espécies admite o uso de dados observados, estimados, inferidos ou projetados, em conformidade com as diretrizes da IUCN, desde que tenham sido obtidos por métodos adequados e sejam tecnicamente defensáveis.

§ 2º. As avaliações terão por escopo reconhecer as espécies ameaçadas de extinção no território estadual e na respectiva plataforma continental e zona econômica exclusiva correspondente.



Art. 11. O processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora do Rio Grande do Sul e de elaboração das respectivas listas de espécies ameaçadas de extinção obedecerá às seguintes etapas sequenciais:

§ 1º Fase preparatória:

I – Constituição da Comissão de Organização;

II – Constituição da Comissão Científica;

III – Definição dos Coordenadores Científicos;

IV – Abertura do processo de avaliação no Sistema Live;

V – Designação dos coordenadores de grupo taxonômico pela Comissão Científica;

VI – Convite aos especialistas pelos coordenadores de grupo taxonômico, para constituição de grupo de trabalho responsável pela avaliação do estado de conservação das espécies;

VII – Elaboração e distribuição de documentos contendo diretrizes técnicas, instruções e cronograma para as avaliações pela Comissão Científica, com apoio da Comissão de Organização;

VIII – Realização de oficina de nivelamento sobre aplicação dos critérios da IUCN e treinamento do uso do sistema LIVE com todos os especialistas convidados;

§ 2º Fase avaliativa:

IX – Definição dos táxons a serem avaliados em cada grupo taxonômico;

X – Distribuição dos táxons entre os especialistas de cada grupo taxonômico pelo respectivo coordenador, com designação de especialista responsável para cada táxon;

XI – Compilação de informações sobre as espécies e preenchimento dos formulários eletrônicos de avaliação no Sistema LIVE pelos especialistas responsáveis, com aplicação dos critérios da IUCN;

XII – Revisão e complementação dos formulários de avaliação pelos demais especialistas do grupo;



XIII – Sistematização e validação dos formulários de avaliação pelo coordenador de grupo taxonômico, consolidando a avaliação de consenso do grupo;

XIV – Consulta a colaboradores externos (opcional);

XV – Sistematização e validação das contribuições dos colaboradores externos (quando houver) pelo coordenador e especialistas do grupo taxonômico;

XVI – Envio dos formulários de avaliação finais à Comissão Científica pelos coordenadores de grupo taxonômico;

XVII – Padronização e validação preliminar dos formulários dos grupos pela Comissão Científica;

§ 3º Fase de validação:

XVIII – Realização de oficina de discussão, integração e validação dos resultados dos grupos, com todos os especialistas convidados (opcional);

XIV – Realização de reunião da Comissão Científica e coordenadores de grupo taxonômico para conclusão do processo avaliativo e fechamento da lista;

§ 4º Fase de consulta pública:

XX – Abertura de consulta pública virtual via Sistema Live, para colher contribuições da sociedade;

XXI – Avaliação, sistematização e validação para eventual incorporação das contribuições da consulta pública pelos coordenadores de grupo;

XXII – Padronização e validação das avaliações finais pela Comissão Científica;

§ 5º Os processos avaliativos da flora e da fauna tramitarão de forma independente e cada qual será conduzido por comissão científica própria.

§ 6º. A avaliação do estado de conservação das espécies é realizada com a contribuição voluntária de especialistas especialmente convidados a participarem do processo pela Comissão Científica e coordenadores de grupo taxonômico.



§ 7º. Os formulários eletrônicos de avaliação do estado de conservação das espécies, além de apresentar a categoria, os critérios e a justificativa da avaliação, deverão conter, no mínimo, informações sobre a distribuição geográfica, ocorrência em unidades de conservação, *habitat*, localidades de ocorrência conhecidas (históricas e atuais), situação populacional, principais ameaças e medidas de conservação recomendadas no Estado.

§ 8º. A abertura do processo de consulta pública virtual deverá ser precedida por ampla divulgação à sociedade dos prazos e formas de manifestação.

DA PUBLICAÇÃO DAS LISTAS OFICIAIS DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO DA FAUNA E FLORA DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 12. A publicação das listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora do Rio Grande do Sul será precedida de apresentação da lista final em reunião do CONSEMA, com a presença da Comissão Científica e coordenadores de grupos taxonômicos.

Art. 13. O CONSEMA deverá tornar públicas as listas oficiais no prazo máximo de noventa dias a contar da apresentação das listas finais ao Conselho.

Art. 14. A política de acesso e divulgação dos dados inéditos aportados pelos especialistas avaliadores e colaboradores será definida por meio de resolução específica.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os resultados do processo de avaliação do estado de conservação das espécies de fauna e flora do Rio Grande do Sul e as respectivas listas oficiais tornadas públicas por resolução do CONSEMA serão divulgados à sociedade no sítio eletrônico da SEMA e por meio de publicação indexada contendo a nominata de coordenadores, avaliadores e colaboradores.

Art. 16. A Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura elaborará e implementará Planos de Ação com o objetivo de reduzir as ameaças e o risco de extinção das espécies, por meio de medidas de proteção, preservação, prevenção, manejo, conservação e uso sustentável.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Sabrina Marques Wolf" <sabrina.wolf@lajeado.rs.gov.br>
De: sabrina.wolf@lajeado.rs.gov.br
Para: especies-ameacadas@sema.rs.gov.br
"Daiana Chini" <daiana.chini@lajeado.rs.gov.br>, "Andre Luiz Bruxel"
Com Cópia: <andre.bruxel@lajeado.rs.gov.br>, "SEMA- Licenciamento Contrato"
<sema.licenciamento.contrato@lajeado.rs.gov.br>
Data: 09/10/2019 09:37 (21 minutos atrás)
Assunto: Revisão das espécies imunes ao corte: caso da Figueira-mata-pau
Anexos: Relatório fotográfico.pdf (5.4 MB)

Bom dia,

aproveito a oportunidade da Consulta Pública em aberto para dar minha opinião técnica sobre a espécie **Figueira-mata-pau** (*Ficus luschnathiana* (Miq.) Miq.) que atualmente se encontra em estado de imune ao corte (art. 33 da Lei Estadual nº 9.519/92 - Código Florestal Estadual).

A redação dada pelo artigo 33 não especifica quais as espécies de Figueiras nativas estão enquadradas como não suprimíveis. A utilização do gênero "*Ficus sp.*" indica que todas os epítetos específicos estão enquadrados como possuindo população em declínio quantitativo e risco de extinção. Atualmente, de acordo com listagem existente na Flora do Brasil 2020, o Rio Grande do Sul possui ocorrência natural de 12 (doze) figueiras: *Ficus adhatodifolia* Schott in Spreng., *Ficus arpazusa* Casar., *Ficus cestriifolia* Schott ex Spreng., *Ficus citrifolia* Mill., *Ficus enormis* Mart. ex Miq., *Ficus ernanii* Carauta et al., *Ficus eximia* Schott, *Ficus gomelleira* Kunth, *Ficus guaranítica* Chodat, *Ficus luschnathiana* (Miq.) Miq., *Ficus organensis* (Miq.) Miq. e *Ficus pertusa* L.f...

As diferentes espécies de figueiras nativas são geralmente conhecidas como figueira, mata-pau, figueira branca, figueira-do-brejo, figueira-da-pedra, figueira-braba e figueira-do-mato. São caracterizadas como plantas semi-decíduas, heliófitas até mesófitas, seletivas xerófitas e com elevada ocorrência em áreas de estágio secundário e na floresta clímax.

As figueiras são por natureza espécies oportunistas, que na maioria das vezes nascem e crescem aproveitando-se de outras árvores. O período de frutificação da espécie é anual, havendo ampla disseminação por animais, especialmente a avifauna. As figueiras têm também considerável potencial de regeneração o que permite a perpetuação dos indivíduos em novos habitats mesmo que sejam desconstruídas as relações simbióticas pré-estabelecidas.

O fato de todas as figueiras serem enquadradas como ameaçadas de extinção carece de **estudos mais aprofundados**, pois é possível verificar indivíduos de Figueiras, especialmente da espécie Figueira-mata-pau, em profuso crescimento nas vias públicas, como calçadas de passeio e áreas verdes, e em construções residenciais, como telhados, paredes e vãos.

Na cidade de Lajeado, região do Vale do Taquari, somente no ano de 2018 e 2019, na Secretaria do Meio Ambiente de Lajeado, foram emitidos 12 (doze) Alvarás de Licenciamento para Serviços Florestais de transplante de espécies que ocorriam em locais públicos inadequados causando prejuízos para a população e para o poder municipal. Recursos financeiros foram investidos na elaboração de Laudos, emissão de Licenciamento Florestal por técnicos habilitados, deslocamento de equipe de avaliação, procedimentos de poda, desligamento de rede de energia elétrica, uso de caminhões Munck e guincho, transporte de indivíduos, abertura de covas, e demais tratamentos silviculturais.

Mesmo assim, diversos outros indivíduos aguardam a iniciativa do poder municipal para realocação. Salienta-se que estas espécies possuem grande desenvolvimento, com extensas

raízes tabulares, troncos de elevada circunferência e copa com galhos frondosos e folhagem adensada, sendo, portanto, incompatíveis em áreas urbanas.

Após, o fatos anteriormente descritos, solicito que seja **revista a classificação de imunidade ao corte do Gênero Ficus**, levando em considerações as distribuições geográficas, as características biológicas da espécie e a capacidade de dispersão dos frutos e do crescimento das mudas.

em anexo, relatório fotográfico com casos que normalmente acontecem no município.

fico à disposição para esclarecimento adicionais,

respeitosamente,

Sabrina Marques Wolf

Engenheira Florestal

Secretaria do Meio Ambiente

Rua Liberato S. V. da Cunha, 15, bairro Americano, CEP 95.900-470, Lajeado-RS

Fone: (51) 3982-1104

www.lajeado.rs.gov.br



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE LAJEADO**

Prefeitura Municipal de Lajeado

www.lajeado.rs.gov.br